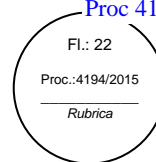




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO



**Processo n.º:** 4.194/2015 (01 volume)

**Apenso n.º:** 480.000.764/2011-GDF (01 volume)

**Órgão:** Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

**Assunto:** Tomada de Contas Especial - TCE.

**Ementa:** Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade na concessão e pagamento de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militar da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, objeto do Processo n.º 480.000.764/2011. Controle Interno pugna pela irregularidade das contas do militar responsável. **Nesta fase:** Exame inicial. Unidade instrutiva propõe a citação do militar responsável para apresentação de defesa ou recolhimento do débito atualizado, no prazo de 30 (trinta) dias, com fulcro no art. 13, inciso II, da LC n.º 01/1994, sob pena de ensejar o julgamento pela irregularidade das contas, bem como o inabilitar para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Parecer convergente, com adendo do chamamento em audiência do Diretor de Pessoal e do Comandante-Geral da PMDF à época dos fatos, para apresentação de razões de justificativa ante a possibilidade de terem as contas julgadas irregulares e da aplicação das sanções do art. 56 e 60 da LC n.º 01/1994. VOTO convergente com a unidade instrutiva, com ajustes.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada em atendimento ao item III da Decisão n.º 1.967/1999<sup>1</sup>, reiterada pelo item V, alínea “a”, da Decisão n.º 6.658/2009 e pelo item II da Decisão n.º 224/2010, para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, durante os exercícios compreendidos entre 1994 e 1998, neste caso do servidor militar **Clebes Augusto Teixeira**.

O Controle Interno, por meio do Relatório de Auditoria n.º 005/2015 – DISEG/CONAS/SCI/CGDF (fls. 222/224 do Apenso n.º 480.000.764/2011), opinou pela irregularidade das contas do aludido servidor militar em razão das provas constantes do referido processo de TCE.

---

<sup>1</sup> “O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: (...) III - determinar à Secretaria de Segurança Pública que, em face do que dispõe o artigo 153 do Regimento Interno do TCDF (Resolução n.º 38, de 30/10/90), instaure tomada de contas especial, na forma da Resolução TCDF n.º 102, de 15/7/98 (DODF de 20/7/98), com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão de indenização de transporte na PMDF durante os exercícios compreendidos entre 1994 e 1998, de modo a quantificar os prejuízos verificados; (...).”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 23

Proc.:4194/2015

Rubrica

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO**

A 2ª Divisão de Contas, mediante Informação n.º 287/2015 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 8/12), ao examinar os fatos apurados na TCE em apreço, manifestou-se nos seguintes termos:

**ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO**

6. Os elementos que compõem os autos demonstram que o objeto da presente TCE foi adequadamente apurado na fase interna. Isso porque restaram evidenciados os pressupostos necessários à responsabilização: a apuração dos fatos e da conduta do envolvido, a quantificação do dano e a indicação do nexo causal entre tais elementos.

7. O beneficiário, quando do requerimento de indenização de transporte, apresentou a cópia da certidão de casamento e do documento do seu veículo (fls.19\* e 22\*, respectivamente), documentos que, conforme ressalta a Comissão Tomadora, não se constituem, por si só, em provas irrefutáveis de que o militar, bem como seus dependentes, tenham deixado a cidade de Brasília/DF e fixado domicílio na cidade de João Pessoa/PB. A comissão apuradora bem observou também que o requerente do benefício solicitou receber a verba indenizatória, bem como seus proventos de aposentado, no então Banco Regional de Brasília – BRB, que, na época, só existia na cidade de Brasília/DF.

8. O militar apresentou à CTCE razões de defesa (fls. 185/191\*), porém não trouxe outros documentos que pudessem atestar a fixação de residência na cidade indicada. A análise da defesa realizada pela comissão tomadora encontra-se encartada às fls. 205/207\*.

9. Desse modo, diante da fragilidade dos documentos que constam dos autos, concordamos com a conclusão da Comissão Tomadora, de que houve recebimento indevido da indenização de transporte.

10. Registra-se que, a priori, entendemos ter ocorrido conduta dolosa do beneficiário da indenização, já que se apropriou de recursos públicos dando destinação diversa do que as normas previam.

11. Em face do que prescreve o art. 1º, inciso II, alíneas 'a' e 'b', da Emenda Regimental nº 13/2003, deverá incidir, no presente caso, atualização monetária e juros a partir da data da concessão da indenização de transporte ao beneficiário, folha de pagamento de outubro/1998 (fls. 201\*). O valor do débito, calculado pelo sistema de atualização monetária desta Corte, em 16/07/2015, resulta em R\$ 89.744,12 (fl. 04).

**CONCLUSÃO**

12. Diante do exposto, entendemos que o Tribunal deve, nos termos do art. 13, inciso II, da LC nº 1/94, ordenar a citação do militar CLEBES AUGUSTO TEIXEIRA para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar alegações de defesa ou recolher o débito de R\$ 89.744,12, atualizado em 16/07/2015, quanto ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte, o que enseja, também, o julgamento de suas contas

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 24

Proc.:4194/2015

Rubrica

*como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas 'b' e 'd', da mesma norma.*

*13. O Tribunal poderá, ainda, aplicar ao militar beneficiário da indenização a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, conforme previsto no art. 60 dessa Lei Complementar.*

Ante o exposto, foram apresentadas as seguintes sugestões ao egrégio Tribunal:

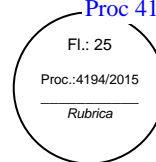
- I. tome conhecimento da tomada de contas especial, objeto do Processo nº 480.000.764/2011;*
- II. nos termos do art. 13, inciso II, da LC nº 1/94, ordene a citação do militar nominado no parágrafo 12 desta Informação para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa ou recolha o valor atualizado de R\$ 89.744,12, apurado em 16/07/2015 (fls. 04), aos cofres públicos, quanto ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte, quando da passagem para a inatividade, o que poderá ensejar, também, o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas 'b' e 'd', da citada norma, bem como a aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, consoante art. 60 da mesma Lei Complementar;*
- III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis.*

As sugestões alvitadas pela 2ª Divisão de Contas mereceram a concordância do titular da Secretaria de Contas (fl. 12-v).

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTERIO PÚBLICO**

Nos termos lançados no Parecer n.º 770/2015 - CF (fls. 13/20), da lavra da ilustre Procuradora do MPJTCD, Dra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, o órgão ministerial aquiesceu com as sugestões propugnadas pela unidade instrutiva na Informação n.º 287/2015 – SECONT/2ªDICON, com o adendo de opinar pelo chamamento em audiência do Diretor de Pessoal e do Comandante-Geral da PMDF à época dos fatos, para apresentação de razões de justificativa ante a possibilidade de terem as contas julgadas irregulares e da aplicação das sanções do art. 56 e 60 da LC n.º 01/1994.

É o relatório.



## VOTO

Cuidam os autos da análise inicial da Tomada de Contas Especial n.º 480.000.764/2011, instaurada para apurar irregularidades na concessão e no pagamento da indenização de transporte a servidor militar da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, Sr. **Clebes Augusto Teixeira**, no momento de sua passagem para a inatividade.

Em sua conclusão, o órgão instrutivo assevera que restaram evidenciados os pressupostos necessários à responsabilização do servidor militar, qual seja, a identificação dos fatos, a conduta do envolvido, a quantificação do dano e a indicação do nexo causal entre os elementos.

O assunto em exame nesta TCE vem sendo discutido nesta Corte de Contas há muito tempo, gerando diversas deliberações. Entretanto, o entendimento veio a ser uniformizado no sentido de se isentar de penalidade os dirigentes das corporações militares (Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas – DIP), julgar irregulares as contas do beneficiário do pagamento indevido, condenando-se ao ressarcimento dos valores recebidos apenas o beneficiário. Ademais, caso a conduta do responsabilizado tenha sido comprovadamente dolosa, a restituição será acrescida de juros de mora (art. 1º, inciso II, alínea “a” da ER n.º 13/2003), recebendo, ainda, a pena acessória de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital pelo prazo de 5 (cinco) anos. Com efeito, nesse sentido foram proferidas, dentre outras, as seguintes Decisões: n.ºs 5.663/2013, 5.666/2013, 5.667/2013, 5.668/2013 e 5.752/2013.

Por oportuno, registre-se que o valor original recebido pelo servidor militar ao ser transferido para a reserva remunerada, em 08.01.1999, foi de R\$ 10.687,21. Com a conclusão das apurações, houve a atualização monetária dos valores inicialmente percebidos (R\$ 18.545,77) e incidência de juros de mora (R\$ 57.881,30), perfazendo em 16.07.2015 o valor de R\$ 87.114,27, conforme planilha extraída do sistema Sindec/TCDF, acostada à fl. 06.

Ante o exposto, acolhendo os termos alvitados pela unidade instrutiva na sua integralidade e pelo órgão ministerial, sem os acréscimos lançados no Parecer n.º 770/2015 - CF, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) da Tomada de Contas Especial objeto do Processo n.º 480.000.764/2011;
- b) da Informação n.º 287/2015 – SECONT/2ªDICONT (fls. 08/12);
- c) do Parecer n.º 770/2015 - CF (fls. 13/20);

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 26

Proc.:4194/2015

Rubrica

- II. nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, ordene a citação do militar mencionado no parágrafo 12 da Informação n.º 287/2015 – SECONT/2ªDICONTE para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente alegações de defesa, ou recolha, desde logo, o débito que lhe foi imputado nos autos, no valor de R\$ 87.114,27 (atualizado até 16.07.2015), quanto ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade, que poderá ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 20, bem como o inhabilitar para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública Distrital, nos termos do art. 60 da LC n.º 01/1994;
- III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2015.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator